

FINCANDO RAÍZES NA DIÁSPORA: PLANTATIONS, AGRONEGÓCIO E A RACIALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES NO COLONIALISMO

Marina de Barros Fonseca

Doutoranda em Antropologia Social na Museu Nacional/UFRJ
<https://orcid.org/0000-0001-5020-9898>
marinafonseca.b@gmail.com

REVZAB
•••••

RESUMO

O presente artigo explora a centralidade das plantations na formação das hierarquias sociais, econômicas e raciais no Brasil, as entendendo não apenas como estruturas econômicas coloniais, mas sistemas de organização social. A discussão incorpora temas como plantationoceno, e como o trabalho forçado e a racialização moldaram essas sociedades, refletindo-se em desigualdades contemporâneas e racismo ambiental. O texto também ressalta a importância de resgatar narrativas silenciadas para compreender as raízes das desigualdades atuais. Conectando História, Antropologia e Ecologia, o artigo evidencia como o legado das plantations permanece vivo, influenciando desde as relações de trabalho até os impactos ambientais e as disputas pela construção da memória e identidade coletiva.

Palavras-chaves: Plantation; Neoextrativismo; Raça; Plantationoceno; Colonialismo.

RESUMEN

El presente artículo explora la centralidad de las plantations en la formación de las jerarquías sociales, económicas y raciales en Brasil, entendiéndolas no solo como estructuras económicas coloniales, sino como sistemas de organización social. La discusión incorpora temas como el plantationoceno, y cómo el trabajo forzado y la racialización moldearon estas sociedades, reflejándose en desigualdades contemporáneas y racismo ambiental. El texto también resalta la importancia de rescatar narrativas silenciadas para comprender las raíces de las desigualdades actuales. Conectando Historia, Antropología y Ecología, el artículo evidencia cómo el legado de las plantations permanece vivo, influyendo desde las relaciones laborales hasta los impactos ambientales y las disputas por la construcción de la memoria y la identidad colectiva.

Palabras claves: Plantation; Neoextractivismo; Raza; Plantationoceno; Colonialismo.

ABSTRACT

The present article explores the centrality of plantations in shaping social, economic, and racial hierarchies in Brazil, understanding them not only as colonial economic structures but as systems of social organization. The discussion incorporates themes such as the Plantationocene and how forced labor and racialization have shaped these societies, reflected in contemporary inequalities and environmental racism. The text also emphasizes the importance of recovering silenced narratives to understand the roots of current inequalities. By connecting history, anthropology, and ecology, the article highlights how the legacy of plantations remains alive, influencing everything from labor relations to environmental impacts and disputes over the construction of memory and collective identity.

Keywords: Plantation; Neoextrativism; Race; Plantationocene; Colonialism.

Introdução

Qualquer proposta de compreender a forma como as sociedades que foram diretamente impactadas pelo colonialismo europeu se organizam, sem analisar a importância central das plantations na estruturação da hierarquia social e econômica, que tem suas reverberações claramente sentidas até os dias atuais, falhará. Desde que as plantations surgiram, apesar de momentos de ascensão e queda, elas sempre estiveram presentes enquanto pilares essenciais na estrutural dessas sociedades. Com o *boom das commoditites*¹ no início do milênio e as mudanças climáticas cada vez mais perceptíveis, os debates sobre as plantations, sua importância e seus impactos nas sociedades e no meio ambiente tomaram força.

As análises sobre as formas de cultivo da terra, as relações de trabalho estabelecidas no campo e o impacto dessas na organização de diferentes sociedades e momentos históricos são constantes dentro da antropologia e outras áreas de conhecimento. Nas últimas décadas houve uma diversificação e especialização técnica em práticas neoextrativistas, inclusive com o avanço do agronegócio, não só de suas fronteiras e importância econômica, mas dele enquanto forma de organização social e política. Tornando-se ainda mais importante resgatar e aprofundar as discussões sobre as plantations e seu vivíssimo legado. Entender a história das plantations enquanto parte constituinte da construção de desigualdades sociais e da despossessão territorial é essencial para compreender a organização social, econômica e política de sociedades como a brasileira.

Na tentativa de compreender a realidade atual no que diz respeito, entre outras coisas, a dimensão dos impactos causados pela ação humana sobre o mundo, alguns conceitos têm surgido nas discussões no meio da antropologia e outras ciências humanas, como: Antropoceno plantationoceno/plantatioceno. Tais discussões abrangem conhecimentos interdisciplinares, estabelecendo pontes entre as ciências humanas, físicas e biológicas, diferentes autores analisam esse impacto humano no ambiente por diferentes frentes de aproximação e pontos centrais de análise.

Os conceitos

O conceito de Antropoceno facilita o estabelecimento de pontes com outras áreas de conhecimento, especialmente para fora das ciências humanas, porém o termo apresenta limitações. Os seres humanos não são um bloco monolítico que impactam o mundo da mesma forma, que tem acesso aos mesmos recursos e consomem da mesma forma, Donna Haraway (2019) afirma que

Há uma maneira pela qual o Antropoceno é considerado um ato da espécie, em oposição a um conjunto de conjunturas históricas situadas que definitivamente não são um ato da espécie. [...] Isso não é um ato da espécie; é um conjunto de conjunturas históricas situadas, e acho que, até hoje, o termo Antropoceno torna isso mais difícil, não mais fácil, de ser compreendido (Mitman; Haraway; Tsing, 2019: 4, em tradução livre).

Nesse sentido focaremos a discussão aqui naquelas análises que se centram na importância e no impacto das plantations enquanto forma de estruturação social-econômica, e em como tais pontos nos ajudam a compreender os impactos do colonialismo e a

racialização das sociedades e das relações de trabalho a elas intrínsecas.

A plantation é entendida aqui como um conceito para além de um lócus de exploração neoextrativista, mas como um processo que envolve: uma simplificação radical de modos de vida; a substituição de pessoas, plantas e outras formas de vida; utilização de trabalho forçado; a “desordem do tempo das gerações entre as espécies, incluindo a humana” e como sendo um processo “que seria radicalmente incompatível com a capacidade de gostar e cuidar de lugares” (Mitman; Haraway; Tsing, 2019: 6). A plantation, quando analisada sob esse prisma, é tanto uma construção narrativa quanto uma localidade no sentido literal, sendo assim, mais do que apenas uma instituição material que nos faz caminhar para a catástrofe do plantantionoceno, mas um conjunto de ideias, ideologias e narrativas (Aikens; Clukey; King; Wagner, 2019).

No debate sobre os aspectos que ajudam a definir a plantation enquanto sistema um sistema social e econômico, Haraway e Tsing colocam que o trabalho forçado (não apenas de humanos) é algo central para o sistema de plantation, pois nem todo trabalho não escravo é, necessariamente, um trabalho livre em uma acepção mais marxista do conceito. As autoras não pretendem, com o uso da expressão *trabalho forçado*, realizar uma equivalência das relações de trabalho existentes nas plantations atuais com aquelas do período escravocrata (apesar de no Brasil não ser difícil encontrar situações de trabalho análogo a escravidão na atualidade), mas sim, nas palavras de Haraway, abordar a questão do trabalho forçado da seguinte perspectiva:

I would not for a minute equate hereditary human slavery and wage labor. I think there is a tremendous, obvious violence in any such equation. On the other hand, the disciplining of human labor in such a way that reduce the degrees of freedom of the laborer to do anything other than that demanded labor is part of what I mean by the term force. And maybe a radical reduction of degrees of freedom for determining lifeways, food-getting practices, where your children are going to work, at what age your children are going to work, and where you're going to live. This existed in the older systems of plantations that didn't rely directly on hereditary slavery but other modes – for example, various kinds of tax systems and constricted wage labor systems. Plantation agriculture in Hawai'i, for example, was never directly slave labor, but it was differentiated by racial group. It depended on long-term contracts with spatially displaced people, which amounted to forced labor, and it produced and reproduced very distinct racial categories that trouble the Hawaiian Islands to this day. This is not free labor (Mitman; Haraway; Tsing, 2019: 7).

Não considero ser possível desassociar as ideias de plantation, raça e colonialismo, ao menos em sociedades como Brasil e Estados Unidos da América, que sofreram (e ainda sentem) os impactos diretos de sistemas colonialistas. A plantation não serviu apenas para gerar divisas durante o período colonial, mas também definiu muitos aspectos da vida pós-escravidão, pois ela institui e consolidou uma economia racializada nessas sociedades (McKittrick, 2013). As discussões sobre plantantionoceno colocam a plantation não apenas no coração da modernidade ocidental, mas também como engrenagem central do capitalismo, do imperialismo, da industrialização e da destruição ecológica (Aikens; Clukey; King; Wagner, 2019), sendo as populações não-brancas e aquelas localizadas em regiões periféricas as mais diretamente afetadas por seus impactos.

Katherine McKittrick trabalha com a ideia de *plantation futures*, esse conceito traça uma linha no espaço-tempo que liga a plantation do ambiente rural às prisões e áreas empobrecidas das cidades, e consequentemente, traz um foco definido nas formas como a plantation é um locus contínuo de violência e de morte de negros. A discussão sobre

plantations é recobrada aqui de forma similar aquela feita por Grada Kilomba (2018), analisando a plantation enquanto um marco histórico e teórico que ajudou a moldar sociedades, especialmente aquelas que se encontram na periferia do capitalismo. McKittrick nos apresenta a ideia das plantations enquanto locais nos quais os negros teriam sido “plantados” nas amérias, com o status de mercadorias e não de seres humanos. Essa situação possui uma ligação direta com a hierarquia social que foi construída com base na organização das plantations e do trabalho forçado (e escravo) que se tinha nas amérias.

O colonialismo

O racismo, que é uma das bases da construção do poder nas sociedades que foram diretamente impactadas pelo colonialismo, tem suas origens intrinsecamente ligadas as lógicas constituídas nos ambientes das plantations. Tendo o sujeito branco como ponto de partida e a discriminação como mecanismo de se exercer o poder sobre um grupo, o racismo constrói o lugar do outro, o diferente, aquele que foge à norma do sujeito pleno. Essas diferenças construídas “estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos” (Kilomba, 2018: 75), com a naturalização do sujeito universal da branquitude e ecoando a hierarquia constituída nos campos das plantations. Uma das práticas utilizadas para reforçar essas relações hierárquicas foi, ao “plantar” o negro na terra e (tentar) retirar os indígenas dela, utilizar terminologias generalizadoras para se referir a eles. Nego Bispo, pensador quilombola brasileiro, nos traz reflexões neste sentido:

150

Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-lhes uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/ desumanizar. [...] No entanto, os povos africanos, assim como os povos pindorâmicos², também se rebelaram contra o trabalho escravo e possuem as suas diversas autodenominações. Os colonizadores, ao chamá-los apenas de “negros”, estavam utilizando a mesma estratégia usada contra os povos pindorâmicos de quebra da identidade por meio da técnica da domesticação. (Bispo, 2015: 32).

O legado de tais práticas dos colonizadores é perceptível até os dias atuais, essa tentativa de negação de identidade serviu para fortalecer as relações hierárquicas e a estruturação do poder nas plantations. Nesse mesmo caminho, Wolford afirma que a plantation teve um papel central na construção da vida moderna desde a inserção do poder europeu no resto do globo (Wolford, 2021), sendo assim importante pensar o impacto das plantations para além do meio rural. A forma de exploração colonial que foi cristalizada no campo ajudou a definir e dar suporte às formas de exploração que ocorrem no meio urbano, inclusive dentro do ambiente fabril reforçando a racialização da hierarquia lá existente.

Ao compreender a plantation enquanto um sistema social-econômico fundamentado racialmente, Wolford afirma que, dessa forma, a ideia de plantionoceno ajuda a colocar a discussão de raça no centro das análises sobre a modernidade e o colonialismo (Wolford, 2021). Os locais que foram colonizados por Portugal são estruturados até hoje com base no legado das plantations, com sociedades profundamente hierarquizadas e extremamente dependentes da economia de base neoextrativista, enxergando nessa prática o único horizonte possível para alcançar a produtividade e progresso desejados.

Wolford (2021) nos apresenta visão de que a dinâmica das plantations define as características sociais, ecológicas e políticas das novas fronteiras de commodities no mundo. As relações dentro dos complexos agroindustriais, que envolvem, além das plantações de monoculturas voltadas para a exportação, os locais de processamento básico das commodities, seguem lógicas de organização do trabalho que se alteraram pouquíssimo no último século, apesar das diversas inovações tecnológicas. A lógica da produtividade a qualquer custo, incluindo a saúde do trabalhador, e da vida inteira girar em torno do ambiente do trabalho se manteve a mesma. Novaes (2007) aborda os limites físicos de tal produtividade cobrada dos trabalhadores nos canaviais paulistas, tratando sobre o uso de soros para superar as cãibras causadas pelas exaustivas jornadas de trabalho no corte de cana:

Soros e remédios são expedientes adotadas pelas usinas e pelos próprios trabalhadores para garantir um ritmo de trabalho que vai além da capacidade física de muitos. Como em um processo de ‘seleção natural’, sobrevivem os mais fortes. Mas a pergunta é: como e até quando sobrevivem? Soros e remédios podem ser vistos como expressão do paradoxo de um tipo de modernização e expansão da lavoura canavieira que dilapida a mão-de-obra que a faz florescer. (Novaes, 2007: 173).

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos, somados a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais, levaram à um aumento da produtividade do agronegócio brasileiro, tal situação veio acompanhada de um processo de sofisticação dos métodos de organização interna entre os representantes dos setores ligados ao agronegócio. Esse processo levou a constituição da Concertação Política do Agronegócio, que pode ser compreendida como uma composição intersetorial com representações de diversos setores do agronegócio envolvendo além daqueles ligados à agricultura, representantes da indústria e de serviços; empresas de comunicação e consultoria e representantes dos três poderes do Estado. Nesse sentido, Mintz (2010), ao analisar a importâncias dos canaviais na história mundial, afirma que as plantations são uma síntese “of field and factory, an agroindustrial system of enterprise integral to the historic rise and growth of capitalism.”

A concertação é caracterizada, além da intersetorialidade, pela abrangência privado-estatal, multilateralidade e o alto índice de institucionalização (Pompeia, 2021). Tal composição organiza os interesses de diferentes atores do agronegócio, de dentro e fora da porteira³, para facilitar a aprovação de políticas estatais benéficas para suas atividades econômicas, é uma “situação na qual agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com vistas a encontrar consensos” (Pompeia, 2020: 2). Palmeira (1989), ao tratar das relações existentes no campo, já apontava que as ações do setor agropecuário eram voltadas para algo além do campo, que o projeto em que investem é um projeto de classe, não é um projeto de setor, e a sociedade vislumbrada em suas manifestações não cabe nos limites da agricultura (Palmeira, 1989). O sistema de plantations tenta construir uma relação umbilical com os grupos sociais que se tornam trabalhadores em seus campos, a indústria extrativista se instala nos territórios e expropria as comunidades dos bens comuns que garantem a provisão material de forma autônoma, dessa forma o salário pago pela empresa se torna um poderoso instrumento de dependência e sujeição (Hernández; Jiménez, 2023: 4).

Grupos sociais que se encontram em posições diferentes na hierarquia constituída com base nas plantations, encaram terra e território de formas extremamente diferentes, seus usos e significados assumem formas distintas. Aqueles ligados ao agronegócio enxergam a terra primordialmente como um recurso material, uma mercadoria cuja principal função é a

exploração intensiva para a maximização dos lucros. Essa lógica baseia-se na utilização da monocultura e do uso intensivo de insumos químicos, sustentando-se no estabelecimento de grandes plantations voltadas para a produção em larga escala de commodities destinadas à exportação, consolidando um ciclo de extração que desconsidera tanto os impactos ambientais a longo prazo quanto os modos de vida e os direitos das populações que habitam esses territórios. Já muitos daqueles grupos que foram submetidos à lógica de trabalho forçado nas plantações encaram a terra sob o prisma da coletividade e coexistência, como nos mostra Bispo:

Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades. (Bispo, 2015: 40).

Essa não compreensão proposital dos limites da terra, da força vital dos trabalhadores e do meio ambiente terrestre, demonstra, em última instância, a tal incapacidade de gostar e cuidar de um local, que é característica chave nesse conjunto de processos que vêm sendo tratado como plantationoceno. Mantendo em mente o exposto acima por Bispo e a ideia de plantation enquanto um *locus* de relações sociais racializadas, seria no mínimo desonesto dividir por igual a culpa do planeta se encontrar uma trilha para uma hecatombe.

As plantations não apenas consolidaram hierarquias nas relações sociais e de trabalho nas sociedades de base colonialista, mas também desempenharam um papel fundamental na definição de quais grupos sociais seriam mais vulneráveis aos seus impactos socioambientais. A intensa exploração da terra e da mão de obra, aliada à apropriação desigual dos recursos, resultou em padrões sistêmicos de injustiça que persistem até hoje. Esses processos históricos ajudaram a estruturar desigualdades ambientais, onde comunidades historicamente marginalizadas enfrentam de forma desproporcional os danos causados pelo desmatamento, contaminação e degradação do território e eventos climáticos extremos. Esse fenômeno, atualmente reconhecido como racismo ambiental, evidencia como as dinâmicas econômicas e políticas herdadas do colonialismo continuam a moldar quem tem acesso a um ambiente seguro e saudável e quem arca com os custos da exploração.

Plantation worlds, both past and present, offer a powerful reminder that environmental problems cannot be decoupled from histories of colonialism, capitalism, and racism that have made some human beings more vulnerable than others to warming temperatures, rising seas, toxic exposures, and land dispossession occurring across the globe. (Moore; Allewaert; Gómez; Mitman, 2021).

Apesar de correlação direta existente entre relações trabalhistas e sociais das plantations com quesitos raciais; de toda a herança racista que constitui a hierarquia social brasileira; e do nosso tão próximo passado escravagista, não são todos os pesquisadores que evidenciam essa relação. O silenciamento de narrativas negras, e da importância central dessas na constituição do Brasil enquanto Estado, faz parte da (re)construção cotidiana da hierarquia racial que estrutura as relações sociais, a vida nas plantations e seus ecos. A forma como a história é contada importa mais do que o fato ocorrido, e a diferença entre essas duas narrativas nem sempre é clara (Trouillot, 2016). Um episódio específico pode ser narrado de diferentes maneiras salientando ou silenciando alguns acontecimentos e atores, dando poder

a uns e declarando a derrota de outros. O eco causado por essas histórias construídas é sentido ainda atualmente, levando à constante disputa pelo poder de construir tais narrativas, pois a história é fruto do poder que logra, inclusive, ter a invisibilidade como sua marca (Trouillot, 2016) de forma que somos levados a naturalizar violências que causam ao apagamento de sujeitos na sociedade.

Fomos levados a naturalizar o extrativismo como modo de vida e o colonialismo, com suas bases racistas, como estrutura fundamental de organização social. Ao longo do tempo, essas dinâmicas assumiram novas roupagens, buscando uma invisibilidade dentro da ideia meritocracia, que busca legitimar a acumulação e as violências decorrentes desse sistema. O extrativismo, nesse contexto, segue operando como um mecanismo essencial de saque e apropriação colonial, garantindo o bem-estar do Norte Global às custas da exploração contínua de territórios e povos historicamente marginalizados (Dilger; Lang; Filho, 2016).

E para onde vamos?

Mas como romper com esse ciclo de exploração e acumulação sem cair em falácias distantes da realidade factual? Bem, *essa é a pergunta de um milhão de dólares*. O que farei é apresentar aqui, brevemente, alguns caminhos que vêm sendo pensados coletivamente por militantes e pesquisadores – lembrando que essas categorias não são excludentes. Precisamos manter em mente que “a maldição dos recursos naturais não é uma fatalidade de destino, e sim uma escolha” (Dilger; Lang; Filho, 2016: 80), com isso é possível vislumbrar uma economia pós-extrativista. Não será rápido e nem fácil, a construção de um novo marco civilizatório leva tempo e esforço coletivo.

153

Inclusive, é complexo imaginar a possibilidade de fechar abruptamente os campos petrolíferos ou mineradores ora em exploração. Mas essa transição não será nunca uma realidade se as atividades extrativistas continuarem sendo ampliadas e se não houver alternativas específicas para reduzi-las gradualmente por meio de uma evolução adequadamente planejada. [...] Construir essas transições é a grande tarefa do momento, que convoca todas as capacidades de pensamento crítico, inventividade e criatividade das sociedades e organizações sociais. (Dilger; Lang; Filho, 2016: 81).

Para alcançar essa transformação civilizatória, é indispensável *desmercantilizar* a Natureza. Esse processo tem impacto direto nas bases fundamentais da economia de plantations e na organização social dela derivada. “Os objetivos econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, sem perder de vista o respeito à dignidade humana e a melhora da qualidade de vida das pessoas e comunidades. (Acosta, 2016: 83)”. Assim voltamos nosso olhar para a ideia de Bem Viver, categoria que vem sendo gestado na Abya-Yala há tempos e que está em constante construção e reprodução. “O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa” (Acosta, 2016: 32).

A busca pela Bem Viver perpassa pelo aprofundamento e reconfiguração do que entendemos por democracia na atualidade. Enfrentar a plantation é desafiar as bases sobre as quais as Américas foram construídas, isso implica em romper com a dominação do modelo de desenvolvimento devastador que entende progresso enquanto uma infinitude de acumulação de bens materiais (Acosta, 2016).

Entendendo a plantation enquanto sistema social-econômico de base racista e

colonialista, que impactou diretamente na constituição do Brasil enquanto estado nacional inserido em uma economia capitalista transatlântica, podemos ver seus ecos na atualidade, compreendendo o agronegócio como parte constituinte da catástrofe do plantationoceno. As discussões sobre qual conceito utilizar para abordar o impacto humano no planeta continuam, cada uma utilizando diferentes abordagens. O plantationoceno analisa a situação por um prisma que respeita as diferenciações dos grupos sociais, evitando homogeneizar as ações de grupos que se encontram em posições tão diferentes da sociedade racialmente hierarquizada que vivemos. Entender as contribuições de diferentes grupos sociais para a nossa situação atual e a solidariedade entre os povos afetados por esse sistema é essencial para também vislumbrar rotas de fuga do labirinto colonialista e de seus fins-de-mundo.

A Europa é indefensável, nos disse Aimé Césaire em 1955. E ao pensar que, graças a ganância expansionista europeia, nos encontramos na situação atual, tendo a concordar com o pensador martinicano.

Notas

1 O boom das commodities, também conhecido como o superciclo de commodities, foi um período de alta no preço das commodities no mercado internacional que teve início no ano 2000. A alta de preços ocorreu devido o avanço de economias emergentes, principalmente a da China.

2 O autor utiliza aqui a expressão “povos pindorâmicos” para se referir as diferentes etnias dos povos indígenas que já estavam estabelecidos nas terras que hoje são conhecidas como Brasil.

3 As expressões “dentro da porteira” e “fora da porteira” se referem, respectivamente, aqueles atores e empresários de áreas ligadas diretamente ao cultivo; e aqueles que participam da cadeira de produção e distribuição da safra de outras formas como transporte e produção de agrotóxicos.

154

Referências

Acosta, Alberto. *O bem viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Rio de Janeiro: Elefante; São Paulo, 2016.

Aikens, Natalie; Clukey, Amy; King, Amy; Wagner, Isadora. “South to the Plantationocene”. *ASAP Journal*, 2019. Disponível em: <https://asapjournal.com/south-to-the-plantationocene-natalie-aikens-ammy-clukey-ammy-k-king-and-isadora-wagner/> Acesso em: 04/08/2025

Césaire, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

Cruz Hernández, Delmy Tania; Bayón Jiménez, Manuel (orgs.). *Corpos, territórios e feminismos*: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

Cunha, Olívia Maria Gomes da. “Somewhere Close to Nashville: Plantation Cartographies”. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton, p. 79-113, 2011.

Kilomba, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

Lang, Miriam; Dilger, Gerhard; Filho, Jorge Pereira Neto (orgs.). *Descolonizar o imaginário*: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

Leite Lopes, José Sergio. *O vapor do diabo*: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

McKittrick, Katherine. “Plantation Futures”. *Small Axe*, v. 17, n. 3, p. 1-15, 2013.

Mitman, Gregg; Haraway, Donna; Tsing, Anna. “Reflections on the Plantationocene (mesa redonda)”. *Edge Effects*, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2019. Disponível em: <https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene/> Acesso em: 04/08/2025

Moore, Sophie Sapp; Allewaert, Monique; Gómez, Pablo; Mitman, Gregg. “Plantation Legacies”. *Edge Effects*, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2021. Disponível em: <https://edgeeffects.net/plantation-legacies-plantationocene/> Acesso em: 04/08/2025

155

Novaes, J. R. P. “Dores e febres nos canaviais paulistas”. *Revista Estudos Avançados*, v. 21, n. 59, p. 167-177, 2007.

Palmeira, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

Pompeia, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2020.

Pompeia, Caio. “Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, e3510410, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/3510410/2020> Acesso em: 04/08/2025

Santos, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos*: Modos e significações. Brasília: INCTI-UnB/CNPq, 2015.

Trouillot, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*: poder e a produção da história. Campinas: Huya Editorial, 2016.

Wolf, Eric; Mintz, Sidney. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: Mintz, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores

proletarizados. Editora Universitária UFPE, 2010 [2003]. p. 107-126.

Wolford, Wendy. “The Plantationocene: A Lusotropical contribution to the theory”. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 6, p. 1622-1639, 2021.